

O PÓLO SECO DE FRUTICULTURA IRRIGADA PETROLINA-JOAZEIRO: UM ESPAÇO-OBJETO DO PODER HEGEMÔNICO DE MERCADIFICAÇÃO E NORMATIZAÇÃO SÓCIO-AMBIENTAL

Maêlda de Lacerda BARROS¹

Alcindo José de SÁ²

RESUMO

O presente artigo refere-se ao processo produtivo de mercadificação e normatização sócio-ambiental praticado por grupos hegemônicos globalizados que utilizam o espaço geográfico como espaço-objeto. Os instrumentos materiais que alicerçam a natureza do que se propõe chamar, neste trabalho, de espaço-objeto compreendem um conjunto indissociável de bases técnicas e de fundamentos sociais e políticos. Concorre para ser assunto de análise empírica desses processos e fatores o pólo xérico (seco) de fruticultura irrigada Petrolina-Juazeiro, uma região semi-árida, que antes era concebida como um lugar inóspito (por suas condições naturais), e agora é apresentada pela nova ordem do mercado capitalista como um fenômeno natural de grandes vantagens comparativas e competitivas - na linguagem do mercado. Neste caso, a referida análise compreenderá a forma como os atores hegemônicos globalizados aplicam as suas regulamentações e desregulamentações para garantir a exploração da escala sócio-ambiental de interesse econômico através de um ilimitado conjunto de normatizações, cujos mediadores utilizados para tal propósito são as instituições públicas governamentais estatais.

Palavras-chave: Mercadificação, normatização, sócio-ambiente, espaço-objeto.

RESUMEN

El presente artículo se refiere al proceso productivo de mercadificación y normatización socio ambiental realizado por grupos hegemónicos globalizados que utilizan el espacio geográfico como espacio-objeto. Los instrumentos materiales que fundamentan la esencia de lo que se propone llamar, en este trabajo, de espacio-objeto comprenden un conjunto indisoluble de bases técnicas y de fundamentos sociales y políticos. Concorre para ser tema de análisis empírica de esos procesos e factores el pólo xérico (seco) de fruticultura irrigada Petrolina-Juazeiro, una región semi-árida, que antes era conocida como um sitio en que no se puede vivir bien (por sus condiciones naturales), y ahora es presentada por la nueva orden del mercado capitalista como un fenómeno natural de grandes ventajas comparativas y competitivas - en el lenguaje del mercado. En este caso, la referida análisis comprenderá la forma como los actores hegemónicos globalizados aplican sus reglamentaciones y desreglamentaciones para garantir la exploración de la escala socio ambiental de interés económico al través de un ilimitado conjunto de normatizaciones, cuyos mediadores utilizados para tal propósito son las instituciones públicas gubernamentales.

Palabras-clave: Mercadificación, normatización, socio ambiente, espacio-objeto.

¹ Aluna do curso de doutorado da UFPE.

² Professor Adjunto do departamento de Ciências Geográficas da UFPE. E-mail: alcindo-sa@uol.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A expressão espaço-objeto, criada neste trabalho, é oriunda de uma compreensão de caráter geográfico do período atual da economia globalizada. Os instrumentos materiais que alicerçam a natureza do que se propõe chamar aqui de espaço-objeto compreendem um conjunto indissociável de bases técnicas e de fundamentos sociais e políticos. Esse conjunto indissociável que é fundador da arquitetura geográfica contemporânea foi concebido, discutido, analisado e denominado por Santos (2000) de “unicidade técnica, convergência dos momentos, motor único e cognoscibilidade do planeta”, constituindo-se, dessa forma, numa quadra de processos e fatores atuantes no tempo-espaço.

Essa quadra será utilizada como fundamento primordial para a elaboração deste trabalho, além de outros aportes teóricos que subsidiarão consideravelmente o raciocínio necessário ao desenvolvimento do objetivo que será aqui proposto.

Nesse caso, o objetivo deste artigo é identificar e analisar o processo de mercadificação e normatização socioambiental praticado por grupos hegemônicos globalizados que utilizam o espaço geográfico como espaço-objeto. Concorre para ser assunto de análise empírica desse processo o pólo xérico (seco) de fruticultura irrigada Petrolina-Juazeiro.

2. A ANÁLISE DO QUE OCORRE NO SÓCIO-AMBIENTE DO PÓLO SECO DE FRUTICULTURA IRRIGADA

Petrolina-Juazeiro utilizará o conceito *espaço-objeto* (conceito cuja composição considerará a quadra de processos e fatores desenvolvidos por Santos, 2000) como alicerce básico para explicar o processo capitalista atual de mercadificação dos recursos sócio-ambientais, disponíveis numa região semi-árida, que antes era concebida como um lugar inóspito (por suas condições naturais), e agora é apresentada pela nova ordem do mercado capitalista como um fenômeno natural de grandes vantagens comparativas e competitivas - na linguagem do mercado.

Na esteira da mercadificação dos recursos sócio-ambientais, concebidos sob nova lógica capitalista, será também analisado a forma como os atores hegemônicos globalizados aplicam as suas regulamentações e desregulamentações para garantir a exploração da escala sócio-ambiental de interesse econômico. Esse processo é realizado através de um ilimitado conjunto de normatizações, cujos mediadores utilizados para tal propósito são as instituições públicas governamentais estatais; fato que evidencia o Estado-nação como uma instituição fortalecida apenas no que corresponde aos interesses

alheios às suas próprias fronteiras. No caso específico da fruticultura irrigada do referido pólo essas normatizações alienígenas são aplicadas e justificadas através das concepções políticas e sociais, de ordem hegemônica global, denominadas de *responsabilidade socioambiental e consumo reflexivo*.

3. UNICIDADE DA TÉCNICA, CONVERGÊNCIA DOS MOMENTOS, MOTOR ÚNICO E MERCADIFICAÇÃO DO ESPAÇO-OBJETO SOCIOAMBIENTAL

Em cada período histórico aparece um sistema de técnicas. O sistema representativo do período atual, utilizado, sobretudo, pelo mercado global hegemônico, conduz a produção e reprodução das bases materiais através da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. A unicidade da técnica é um fenômeno que se notabiliza justamente por permitir que essa diversidade técnica possa se comunicar entre si, num mesmo tempo em escala global, fato que possibilita em qualquer quadrante do espaço a convergência dos momentos e, portanto, a simultaneidade das ações (SANTOS, 2000).

A propósito da natureza contemporânea do sistema de técnicas, Sá (2005) pergunta-nos: “*que técnicas vêm desenvolvendo os processos das relações sociais capitalistas dominantes no presente?*” Santos (2000) contempla o contexto indagador de Sá atribuindo às intencionalidades políticas o conteúdo das técnicas quando afirma que:

“Nas condições atuais, e de um modo geral, estamos assistindo à não-política, isto é, à política feita pelas empresas, sobretudo as maiores. Quando uma grande empresa se instala, chega com suas normas, quase todas extremamente rígidas. Como essas normas rígidas são associadas ao uso considerado adequado das técnicas correspondentes, o mundo das normas se adensa por que as técnicas em si mesmas também são normas.”

Destarte, as técnicas que vêm desenvolvendo os processos das relações sociais capitalistas dominantes, no período atual, possuem um comando político do poder hegemônico que por sua vez, necessariamente, tem que desenvolver um sistema de normas técnicas que possa servir como alicerce básico e alimentador do processo contínuo de mercadificação dos espaços-objeto. Sendo assim, o espaço é tornado objeto quando a política que determina o seu uso é comandada por forças poderosas (dos grupos sintagmáticos) do grande capital que abusam perversamente das condições universais e locais dos espaços socioambientais, ou seja, do “*espaço total*”.

Neste trabalho, o termo “sócio-ambiental” terá a mesma compreensão do que o geógrafo Aziz Nacib Ab’ Sáber conceitua como “*espaço total*”. De acordo com Ab’ Saber (1998), “*o espaço total é o arranjo e o perfil adquiridos por uma determinada área em função da organização humana que lhe foi imposta ao longo dos tempos.*” O referido autor esclarece que o espaço total é uma união entre diferentes sistemas (ecossistemas naturais, agroecossistemas e ecossistemas urbanos) e os elementos das relações humanas e fluxo de riquezas.

A unicidade das técnicas, no atual período, permite a convergência dos momentos em tempo real. De acordo com Santos (2000), isso significa que o mesmo momento pode se usado a partir de múltiplos espaços e todos os espaços a partir de um só. Esse fenômeno contemporâneo possibilita o acesso ao conhecimento instantâneo do acontecer do outro na escala do tempo e do espaço. Ainda segundo Santos (*op. cit.*), com o sistema unificado de técnicas e a interdependência e solidariedade do acontecer, hoje, haveria um motor único de ações que se traduz pela mais-valia à escala mundial. Esse motor único é representado pela mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. A mais-valia universal se impõe, como um dado objetivo, quando utilizado no processo de produção e como resultado da competitividade.

O que Santos (2000) denomina de convergência dos momentos Augé (2005) chama de “interdependências inéditas” (Figura 2) o sistema que se reconhece na atualidade como sistema-mundo. O referido autor discorre sobre o problema histórico, o problema espacial e sobre a figura do indivíduo, e reconhece nessas interdependências inéditas sintomas que são contemporâneos da globalização e que se traduzem, segundo o mesmo, por transformações aceleradas, por figuras de excesso do período atual, como demonstra o esboço esquemático a seguir.

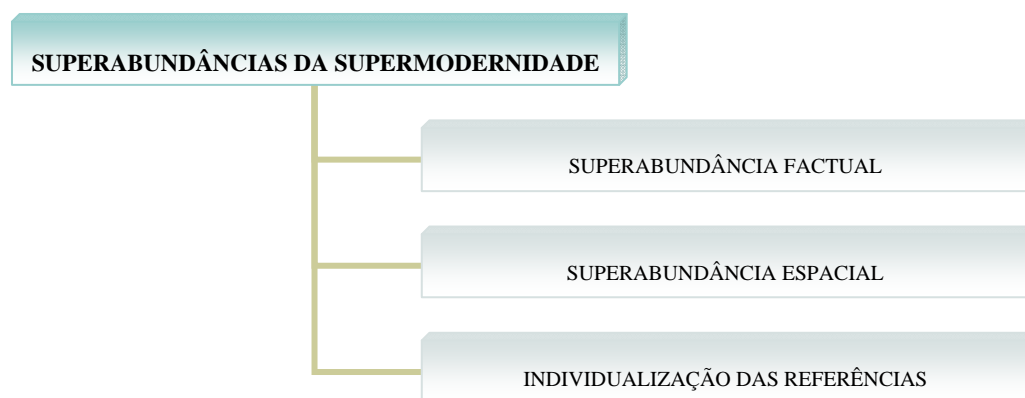


Figura 2. Diagrama esquemático das *interdependências inéditas* consequentes da supermodernidade, segundo Marc Augé (2005). Organização da autora.

A superabundância factual está diretamente relacionada à superabundância da informação, cuja consequência imediata é a densidade de fatos e, por conseguinte, a aceleração da história. Essa multiplicação de acontecimentos simultâneos converte-se em problema, pois suprime o significado das ações sociais, sobretudo se essas ações são de ordem econômica, pois a característica marcante da densidade factual é a imprevisibilidade e essa, por sua vez, através do sistema de mercadificação capitalista global, se projetará inextricavelmente na escala espacial, que se configura como a segunda figura de excesso, expressada por Augé (2005). A superabundância espacial se constitui num paradoxo na medida em que é correlativa ao encolhimento do planeta ou, como denomina Harvey (2005), à compressão do tempo-espaço. É um paradoxo e é uma armadilha, pois o encolhimento do planeta se traduz num movimento dialético de expansão das escalas espaciais (figura 03) no que se refere ao aumento e multiplicação de signos, normas e instituições desenvolvidas e concretizadas territorialmente nessas escalas, por grupos de atuação mercadológica, sobretudo global. É nesse contexto e nessa perspectiva que o espaço é identificado aqui como espaço-objeto.



Figura 3. Diagrama esquemático da nova ordem produtiva no espaço geográfico contemporâneo. Elaborado pela autora.

No espaço-objeto os conjuntos de normas lhe são impostas através de uma política e de um poder econômico que são alienígenas, ou seja, se caracterizam por um movimento oposto justamente por sua ausência histórica e identitária no sócio-ambiente explorado. Ademais, ainda que determinados grupos hegemônicos não participem do espaço como agentes de construção do lugar, são esses que possuem para o próprio prazer, a chave e o uso das diversas escalas sócio-ambientais. Assim, é neste sentido que a ausência identitária paradoxalmente se constitui em presença mercadológica.

Portanto, as figuras de excesso factual e espacial da supermodernidade participam de um movimento interativo e recursivo do processo de mercadificação do espaço-objeto e determinam conseqüentemente a terceira figura de excesso da supermodernidade apontada por Augé (2005), que é a individualização das referências. Essa individualização se caracteriza pelo rompimento do universo de sentido dos indivíduos e grupos que se definem verdadeiramente como uma unicidade de valores, de critérios e de processos de interpretação, que são os indivíduos e grupos pertencentes e construtores da história local do espaço total.

A convergência dos momentos, o motor único e as interdependências inéditas constituem uma realidade conduzida pela globalização dos mercados nas mais diversas escalas espaciais. Essa lógica capitalista consiste na necessidade de apressar o ritmo de circulação do capital. Para tanto, a condição imprescindível é requalificar os horizontes temporais do desenvolvimento, ou seja, acelerar o ritmo da mobilidade do capital no espaço geográfico. Neste sentido, pode-se afirmar que Karl Marx encontra-se prenhe de contemporaneidade quando declarou que:

O capital impele para além das barreiras e preconceitos nacionais e do culto da natureza, bem com [para além] de todas as satisfações tradicionais, confinadas, tolerantes e incrustadas de necessidades presentes e da reprodução de velhos modos de vida. Ele destrói tudo isso e o revoluciona constantemente, fazendo ruir por terra todas as barreiras que impedem o desenvolvimento das forças produtivas, a expansão das necessidades, o desenvolvimento total da produção e a exploração e intercâmbio de forças naturais e mentais” (Grundrisse, *apud* Harvey, 2005).

No atual estágio de globalização, a revolução no campo das comunicações permitiu o fenômeno de “desmaterialização do espaço”. Esse estágio avançado foi oportunamente apropriado pelas instituições financeiras e pelo capital multinacional como meio de coordenar suas atividades instantâneas no espaço, em escala global. Desse modo, o capital financeiro ocupa posição fundamental no que concerne à facilitada possibilidade (através

de financiamentos especulativos e fictícios) da mobilidade e flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista correspondente à produção, aos mercados de trabalho, ao trabalhador e a outro fator de suma importância no período atual de globalização: o consumo. Este está atrelado a estruturas temporais e espaciais que transcendem a organização fordista e também a uma rede de representações cognoscíveis atuais referentes à mercadificação do espaço-objeto. Sobre o contexto que acompanha as qualidades do consumo globalizado, Bonanno (2007) observa que:

“Consumption has also been changed through the creation of networks that transcended spatial and temporal frameworks that characterized the Fordist past. Through the use of new technology and techniques (i.e., computer and electronic commerce) along with new structures (i.e., super-malls and super-centers), consumption is now not only much greater than in the recent past, but has assumed “qualities” that were not part of the Fordist past. Accordingly, while it is possible to argue that consumerism and its consequences have been enhanced, it is also possible to maintain that new, and perhaps emancipatory, forms of consumption have been developed (i.e., reflexive consumption; environmental friendly consumption; and socially responsible consumption). The development of these two dimensions of consumption is largely the result of the crisis of Fordist institutions. The centralized and rigidly controlled form of mass consumption of High Fordism has been replaced by personalized and flexible consumption”.

Bonanno (2007) refere-se a uma situação espaço-temporal do consumo atual que foi moldada por um conjunto de relações que se ampara sobre bases materiais e formas de produção modificadas através das novas técnicas e tecnologias. Neste sentido, o consumo transcendeu as estruturas características do fordismo e ganhou novas qualidades de concepção e representação cultural, em escala global, sendo essa mudança explicada pelo processo denominado por Harvey (2005) de acumulação flexível.

Se o consumo transcendeu as estruturas centralizadas e rígidas da condição têmporo-espacial fordista, e foi substituído pelo consumo personalizado e flexível, é necessário identificar e analisar em que bases materiais, políticas, econômicas e culturais essa mudança se definiu e em quais circunstâncias e escalas do espaço total estão sendo, sob a égide do mercado, materialmente e cognitivamente concretizadas. Portanto, cabe aqui reunir resumidamente uma compreensão das singularidades pertinentes ao fordismo, à acumulação flexível ao Estado-nação e às novas formas de representação cultural que definem a direção geral do consumo globalizado, qualidade última da mercadificação socioambiental do espaço-objeto.

4. O FORDISMO

As manifestações temporais e espaciais a considerar no contexto do Fordismo e no contexto da Globalização não são as das máquinas ou instrumentos em si, mas as intencionalidades que animam os sistemas de objetos e sistemas de ações desenvolvidos nesses períodos (SANTOS, 2004). No Fordismo, o tempo e o espaço social caracterizam-se por uma considerável consonância com a disciplina do poder corporativo produtivo. A divisão espacial do trabalho correspondia a uma especialização espacial funcional fundamentalmente centralizada. Os mercados de trabalho tinham uma organização espacialmente segmentada. Havia uma distribuição em escala mundial de componentes e subcontratantes e uma difusão espacial de corporações multinacionais nos países hegemônicos (SÁ, 2005).

5. A ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Na globalização, a circulação prevalece sobre a produção propriamente dita, os fluxos se tornam mais importantes ainda para a explicação de uma determinada situação. O próprio padrão geográfico é definido pela circulação, já que esta, mais numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço. Esse padrão geográfico é materializado através da agregação e aglomeração espaciais, diversificação do mercado de trabalho com o modelo de segmentação interna e proximidade espacial de firmas verticalmente quase integradas.

Essas mudanças significativas seguem o ritmo mundial do capitalismo contemporâneo de passagem de um regime de acumulação a outro, cuja denominação Harvey (2005) registrou como: *novo modo de “regulamentação política e social”* com seus desdobramentos resultando na *acumulação flexível*. De acordo com Harvey (*op.cit.* p. 140),

A acumulação flexível... se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológicas e organizacional.

No processo de acumulação flexível as economias de escopo substituem a economia de escala fordista, ou seja, há uma aceleração do ritmo da inovação do produto em concomitância com o desenvolvimento de um sistema que privilegia uma porção restrita de

mercado de pequena escala. Essa situação foi imposta pelas próprias leis de mercadificação onde o tempo de giro foi reduzido consideravelmente pelas novas tecnologias e novas formas organizacionais e, portanto, diminuindo a carga material necessária para manter a produção. Assim, o tempo de giro do consumo teve que ser também diminuído (HARVEY, 2005).

6. O ESTADO-NAÇÃO

As bases e condições políticas em que se processou a transição do fordismo para a acumulação flexível foram de caráter extremamente territorial, cuja escala espacial está firmemente assentada no limite do Estado-nação. O Estado-nação, no Fordismo, era capaz de articular os componentes do regime de acumulação em bases nacionais, institucionalizar os conflitos e assegurar a coesão social, pois havia relações recíprocas entre o Estado-nação, o trabalho e o capital. O controle formal das decisões do Estado era feito por meio de mecanismos jurídico-institucionais rígidos e hierarquizados (SÁ, 2007).

A centralidade territorial, enquanto unidade privilegiada de iniciativa econômica, social e política, estava alicerçada na autonomia política e na soberania efetiva do Estado. Essa estrutura privilegiava a política de socialização do bem-estar social. As negociações trabalhistas tinham caráter coletivo, derivado do forte poder sindical, e a pesquisa e desenvolvimento eram financiados pelas firmas, enquanto a inovação era liderada pela indústria.

Na globalização, a regulação estatal da economia, sustentada pelo consenso econômico neoliberal, deve ser mínima, deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando a sua universalidade, e transformando-as em meras medidas compensatórias em relação aos grupos sociais vulnerabilizados pela atuação do mercado. Novos direitos de propriedade internacional devem ser criados para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objeto de propriedade intelectual.

Os estados nacionais, na globalização, devem estar subordinados às agências multilaterais e, conseqüentemente, sofrer uma desestruturação e reestruturação institucional e normativa. Há também uma gradual desestatização dos regimes políticos que operam a transição do conceito de governo para o de parcerias e outras formas de associações nas quais o Estado-nação tem apenas a tarefa de coordenação. Todo esse esquema político e operacional assume como objetivo a liberalização dos mercados, a privatização das indústrias e serviços, a desregulação do mercado de trabalho, a

flexibilização da relação salarial, e a redução e privatização dos serviços de bem-estar social.

7. AS NOVAS FORMAS DE REPRESENTAÇÃO CULTURAL GLOBALIZADA DO CONSUMO REFLEXIVO

Para que o tempo curto dos produtos materiais pudesse ganhar banal aceitação consumista, no processo de acumulação flexível, a necessidade de mobilizar um conjunto de artifícios de representações culturais, em escala global, reuniu qualidades da estética pós-moderna com o discurso sócio-ambiental politicamente correto, ou seja, *as diferenças, a efemeridade e o consumo responsável ambiental* tornaram-se discurso único aplicado concretamente na exploração das particularidades sócio-ambientais do espaço local, fazendo deste um espaço-objeto. Todavia, para que essas representações culturais, que não passam de novas fabulações criadas pelo mercado capitalista, pudessem efetivamente funcionar, um notável esquema de normatizações dos processos de mercadificação do espaço total teve que ser criado (por grupos hegemônicos) e estendido politicamente e economicamente, de forma impositiva, às políticas institucionais dos Estados-nação e, por conseguinte, das escalas locais do mesmo.

8. A COGNOSCIBILIDADE DO PLANETA E A NORMATIZAÇÃO DO ESPAÇO-OBJETO SOCIOAMBIENTAL

Sobre a cognoscibilidade do planeta, Santos (*op. cit.*) declara que “*o período histórico atual vai permitir o que nenhum outro período ofereceu ao homem, isto é, a possibilidade de conhecer o planeta extensiva e aprofundadamente*”. A cognoscibilidade do planeta é traduzida por Castells (2005) como uma sociedade que funciona em rede e que tem a capacidade de elaborar e desenvolver mecanismos novos na economia, baseados no conhecimento. Segundo o referido autor, “*uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX.*” Castells denomina essa nova economia de *informacional, global e em rede* e afirma que é o espaço que possibilita a organização de todo o processo estrutural dessa nova economia. Nesse caso, somente é possível aos agentes hegemônicos globais organizarem uma sociedade em rede - sob a égide da produtividade e competitividade - num dado espaço geográfico. Portanto, a *cognoscibilidade do planeta* manifesta-se na criação, no processamento e na aplicação de informações baseadas em conhecimento e, nesse caso, permite que todas as estruturas das principais atividades produtivas e seus respectivos componentes aterrassem, explorem e se expandam numa

determinada escala espacial local/ socioambiental, pois é possível convergir o tempo dessa respectiva escala com o mesmo tempo de comando das operações dos agentes econômicos da escala global (Figura 4).



Figura 4. Diagrama esquemático do fenômeno geográfico contemporâneo de cognoscibilidade do espaço global concebido por Santos (2000). Organização da autora.

O pensamento desenvolvido por Santos (*op. cit.*) sobre a cognoscibilidade do planeta relaciona a acumulação econômica e a exploração material a um novo tipo de sistema de produção do espaço geográfico baseada no conhecimento. Portanto, “uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território. Em primeiro lugar, distinguem-se zonas servidas pelos meios de conhecimento e áreas desprovidas dessa vantagem. E dentro das próprias áreas “conhecidas” as empresas se distinguirão pela sua maior ou menor capacidade de utilização das informações” (SANTOS, 2004).

A cognoscibilidade do planeta, que gera superabundância factual, passa a ser, para os atores hegemônicos do sistema capitalista, um recurso técnico-científico-informacional indispensável ao desenvolvimento de suas atividades produtivas. Sendo assim, na lógica do sistema capitalista quem é detentor dos recursos mais avançados de produtividade competem vantajosamente com os produtores que não dispõem da mesma oportunidade. Esse fato gera, inquestionavelmente, um arranjo sócio-ambiental seletivo e consequentemente desigual entre os diversos grupos produtivos de determinado local, pois

são os grupos hegemônicos transnacionais os detentores dos recursos produtivos mais modernos.

Destarte, para a necessária aplicação das tecnologias de ponta é preciso partir em busca do espaço-objeto sem fronteiras que garanta a atuação livre das grandes empresas capitalistas. Para tanto, os espaços nacionais precisam diminuir sua soberania e atender às exigências externas de abertura indiscriminada dos seus próprios mercados. Essa é a condição *sine qua non* dos gestores do mercado transnacional. Tal situação converte-se na separação indiscriminada entre políticas públicas de governo e mercado, o que leva as organizações transnacionais a reestruturarem as funções do Estado-nação para que este possa atender aos seus comandos através de regulamentações e desregulamentações (figura 05), de caráter globalizado, que atenda legalmente aos seus propósitos de exploração sócio-ambientais. Assim, sobre a condição normativa da economia globalizada Sá (2005), afirma que:

“... parece inexistir, ou existir fragilmente uma conexão normativa entre o mercado e o Estado, o interno e o externo, o novo e o velho, pois o espaço público é tomado como privado, o privado como público; as normas externas são tomadas como internas e as internas são simplesmente transgredidas...”

Portanto, os direitos nos domínios de construção do mercado/sociedade da regulação sócio-ambiental são determinados pela política econômica legislativa externa ao Estado-nação. A quebra das fronteiras nacionais para atender à expansão mercantil dominante do sistema regulatório sócio-ambiental interfere consideravelmente nas condições de exercício das liberdades produtivas dos grupos que possuem identidades locais, impedindo dessa forma, qualquer autonomia regulatória do espaço local.

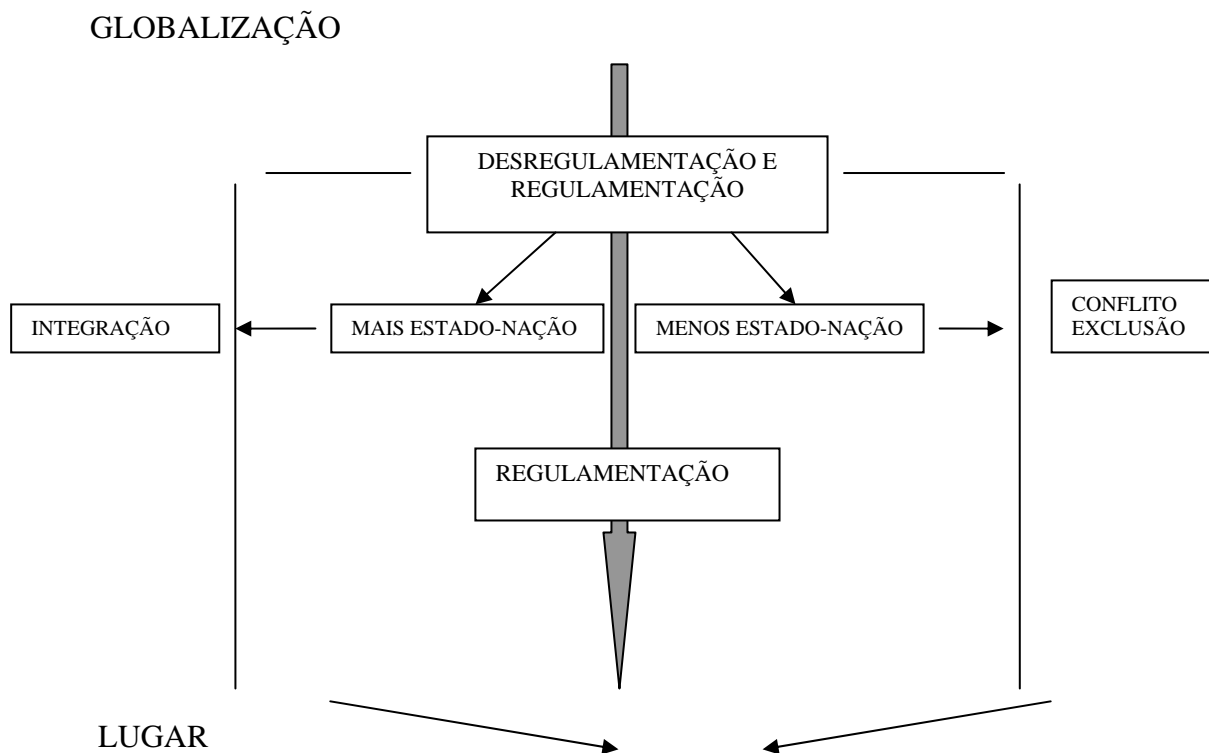


Figura 5. Esboço esquemático readaptado de Castro (2005).

9. A PRODUÇÃO DE UM ESPAÇO-OBJETO DE MERCADIFICAÇÃO E NORMATIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: O PÓLO XÉRICO DE FRUTICULTURA IRRIGADA PETROLINA – JUAZEIRO

9.1. Características gerais do pólo

O pólo Petrolina (PE) e Juazeiro (BA) é uma região totalmente localizada no semi-árido do Nordeste brasileiro, mais precisamente no sertão do sub-médio São Francisco (Figura 6). Destaca-se economicamente como um pólo de desenvolvimento tecnológico da fruticultura irrigada. A área total irrigada é de 120.000 hectares (dados de 2005, CODEVASF) e as frutas tropicais produzidas atraem para esse pólo o interesse mundial de investidores e produtores, como Estados Unidos, países da Europa e Japão.

O pólo Petrolina – Juazeiro abrange quatro municípios do Estado de Pernambuco - Petrolina, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Orocó - e quatro municípios do Estado da Bahia - Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho e Curaçá, abrigando um total de 1008.198 habitantes em 33.947,78 mil quilômetros quadrados, segundo o IBGE (2000).

A construção desse complexo de agricultura irrigada tem um caráter histórico. No entanto, dado a conjuntura de forças políticas e financeiras atuando nessa região foi institucionalizado, em 1996, por políticas públicas federais, um recorte territorial com a denominação de Pólo de Desenvolvimento Integrado.

A metodologia utilizada para a seleção dos municípios que fazem parte hoje do pólo Petrolina – Juazeiro foi elaborada utilizando-se cinco variáveis que, em conjunto, representariam o processo de dinamização econômica. Esse modelo classificatório compõe parte do documento desenvolvido pela equipe técnica do Banco do Nordeste, em parceria com segmentos do governo, da iniciativa privada e sociedade civil organizada. O documento considerou:

- a) número de hectares irrigados pelo setor público;
- b) quantidade de “megawatts” consumidos na área rural;
- c) valor bruto da produção agropecuária;
- d) valor bruto da produção agropecuária por quilômetro quadrado;
- e) valor financiado pelo Programa de Irrigação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE – Proir).

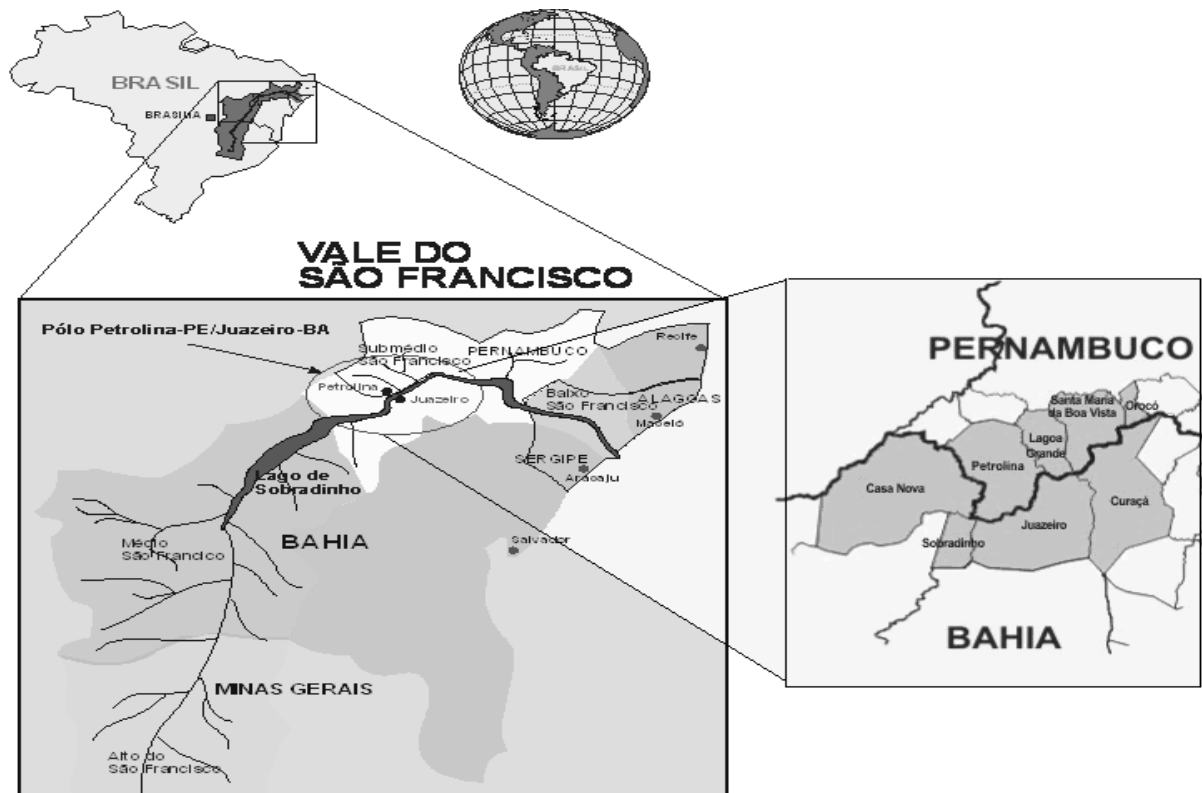


Figura 6. Localização do Pólo xérico de Fruticultura Irrigada Petrolina - Juazeiro. Fonte: readaptado de Silva, 2001.

9.2. A mercadificação dos recursos socioambientais no pólo

O Trópico Semi-Árido brasileiro, de acordo com Ab ‘Sáber (1974), é uma área que pode ser considerada como claramente de caráter azonal. “É um dos raros exemplos de

domínios morfoclimáticos intertropicais colocados, em sua parte, em latitudes subequatoriais. Não é, portanto, um mero segmento de um cinturão zonal de áreas semi-áridas” (AB’ SÁBER op. cit.). As razões da presença de semi-aridez no Nordeste brasileiro devem-se basicamente à circulação atmosférica, sobretudo, e à topografia. Segundo Jatobá (1996), o semi-árido nordestino é fruto do estabelecimento permanente na região de uma massa de ar “tépida” estável e, portanto, seca.

O pólo Petrolina - Juazeiro está situado naturalmente num complexo geográfico com clima Termobixérico acentuado, segundo a classificação de ³ Gaussen, adaptada ao Brasil por Galvão (1967). O fator climático caracteriza-se como um importante elemento para o desenvolvimento dessa região, pois o fenômeno natural de semi-aridez transgride, nesta fase histórica, o entendimento de região enquanto configuração orgânica.

Esse complexo xérico não mais se qualifica como região problema, mas como área de fundamental importância no capitalismo contemporâneo, uma vez que, sendo irrigado por um rio perene (o São Francisco), que banha essa área, e tendo luminosidade⁴ o ano todo, reúne elementos singulares à produtividade da fruticultura possibilitando, dessa forma, vantagens comparativas e competitivas *tão imprescindíveis ao exercício das atividades globalizadas.*

“... assiste-se, desde então, a radical mudança do discurso sobre as possibilidades econômicas do semi-árido, notadamente sobre os seus vales úmidos... construindo-se um novo imaginário social sobre estas áreas, consideradas agora com várias vantagens comparativas, para as quais se vislumbram amplas oportunidades para o agronegócio globalizado, em especial, de frutas tropicais...” (ELIAS, 2006).

De acordo com o Jornal da Fenagri (2007), o pólo de fruticultura irrigada Petrolina – Juazeiro foi destaque no jornal americano New York Times (edição de 15 de maio de 2007). A publicação do jornal afirma como vantagem comparativa dessa região geográfica o sol que brilha o ano todo, pois o Vale do São Francisco tem 12 horas de sol por dia em contraste com Bordeaux na França que tem 12 horas de sol somente no verão. Com o

³ A classificação de Gaussen é baseada na pesquisa do clima biológico e mostra minuciosamente uma correlação das diferentes modalidades climáticas com os diferentes tipos de vegetação. O clima Termobixérico acentuado caracteriza-se por apresentar dois períodos secos abrangendo de 7 a 8 meses e uma vegetação de caatinga seca, rica em cactáceas e bromeliáceas e pobre em árvores, com grande quantidade de elementos arbustivos, de aspecto emaranhado e fechado.

⁴ A região apresenta certas condições privilegiadas para a exploração de uma agricultura irrigada. Dentre essas condições podem ser citados os aspectos edafoclimáticos particulares, a alta taxa de insolação comum em ambientes de baixa nebulosidade e intertropicais, além da baixa umidade relativa do ar. Esses fatores referidos contribuem para a redução da incidência de distúrbios fitossanitários, o que permite a obtenção de até 2,5 safras/ano na fruticultura irrigada desenvolvida na área.

desenvolvimento da produção de uva no pólo, grandes grupos empresariais de dentro e fora do país vêm investindo maciçamente na produção de vinhos finos em larga escala. Esse fato modifica consideravelmente a concepção socioambiental de que somente as regiões de clima temperado, que estão localizadas entre os paralelos 30° e 45° de latitude norte e 30° e 45° de latitude sul, poderiam cultivar a uva para produção de vinhos. O espaço semi-árido do Nordeste brasileiro passa a ser, até então, o único no mundo que produz vinho localizado entre os paralelos 8° e 9° de latitude sul. A vantagem comparativa assinalada é que os produtores podem colher duas safras e meia de uva durante o ano todo, reduzindo assim os custos de produção (Quadro 1).

Quadro 1. Esboço esquemático das vantagens comparativas da fruticultura irrigada no Semi-Árido do Nordeste brasileiro. Fonte: Ministério da Integração Nacional, 2006.



Sobre a produção de vinhos e as vantagens mercadológicas diferenciais socioambientais um estudo realizado por Cacciamali (2004) definiu num quadro específico duas regiões que se destacam na produção vitícola: Petrolina, no semi-árido brasileiro e Tierra Amarilla, no litoral desértico do Chile. A ocupação dos dois territórios ocorre em um ambiente de escassez de recursos naturais que limitam o desenvolvimento de atividades econômicas, e das agrícolas, em particular (quadro 02). Nesse sentido, as duas localidades se constituem em estudos de casos de territórios construídos por instituições e atores sociais que criaram vantagens competitivas e ocuparam espaços econômicos relevantes na produção vitícola das respectivas economias nacionais, e da economia internacional, especialmente no caso do território chileno (CACCIAMALI *et al*, 2004).

Quadro 2. Recursos naturais de Petrolina e Tierra Amarilla. Fonte: modificado de Cacciamali *et al.* (2004).

FATOR	TIERRA AMARILLA	PETROLINA
Clima	Desértico Litoral. Temperatura média anual de 16,1°C; umidade relativa do ar de 74%	Semi-Árido. Temperaturas médias anuais de 23° a 27° C.
Solo	Difícil condução para atividades agrícolas. Solo raso e extremamente pedregoso.	Difícil condução para atividades agrícolas. Solo raso e arenoso.
Recursos hídricos Superficiais	Margem direita do Rio Copiapó. Vazão média de 1.9 m³/segundo	Margem esquerda do rio São Francisco. Vazão média de 2.700 m³/segundo. Potencial para irrigar 3 milhões de hectares.
Recursos hídricos subterrâneos	Alta disponibilidade e potabilidade das águas. Abastecimento de água de zonas urbanas e rurais.	Possibilidade de exploração nula ou quase nula. Pequeno potencial (5.000l/hora/poço), alto teor de sais, limitando o uso para condução da pecuária.
Ocupação	Difícil. Pequena disponibilidade de Recursos hídricos superficiais.	Média. Desde as últimas décadas do século XIX destacava-se como entreposto comercial e centro de prestação de serviços.

9.3. Os processos de normatizações socioambientais no pólo

Os objetivos governamentais que impulsionaram uma política de instalação de perímetros públicos irrigados para os colonos que mantinham a produção agrícola organizada em glebas no pólo Petrolina-Juazeiro foram gradativamente, através de trâmites legais, redirecionados para uma acelerada política de privatização do solo e uso dos recursos naturais. As justificativas alegadas explicitaram que a Lei da Irrigação nº. 6.662 de 25 de julho de 1979, regulamentada em 29 de março de 1984 encontrava-se ultrapassada pelas substanciais alterações ocorridas na organização do poder executivo, nas

atribuições dos órgãos envolvidos e na moeda nacional. Dentre suas características negativas o argumento legal exemplificou que a função social limita a implantação de áreas destinadas às empresas, e a infra-estrutura de irrigação permanece sendo propriedade do governo federal.

Com a sanção da Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997, a Política Nacional de Recursos Hídricos foi reformulada e a bacia hidrográfica foi concebida como unidade de planejamento, portanto deveria ser “*permitido os usos múltiplos dos recursos hídricos, porque a água é um bem finito e vulnerável, tem valor econômico, e gestão descentralizada e participativa*”. Esses instrumentos legais redefiniram as relações espaciais nos perímetros públicos irrigados. Uma nova ordem se apresentava amparada por uma conjuntura mundial de abertura de mercado, queda de barreiras espaciais, redução do poder estatal, desemprego, nova divisão social do trabalho, exploração da mão-de-obra não qualificada, exigência e exploração de mão – de - obra qualificada, nova organização do capital privado nacional e perda do poder de negociação das entidades populares sociais.

Portanto, ocorreu o que Santos (2000) muito bem denominou de troca de política social de governo por uma política pública de governo. O pólo de desenvolvimento integrado Petrolina – Juazeiro, voltado para o mercado global de frutas tropicais, reestruturou a sua economia, e consolidou a relação global-local. Os grandes grupos econômicos nacionais e supranacionais tomaram a escala local do referido pólo xérico como mais um território de ampliação de poder e acumulação de riqueza. Para tanto, foi necessário uma reformulação no setor tecnológico e informacional, no setor de transportes, na regulamentação nacional, na regulamentação global e nas parcerias com os órgãos estatais, conseqüentemente na nova utilização do espaço e do tempo. O conjunto desses elementos compõe o que Harvey (*op.cit.*) define como nova rodada de compressão do tempo - espaço.

A fruticultura irrigada do pólo Petrolina - Juazeiro, na intenção de ter acesso ao mercado mundial, está se adequando às exigências dos mercados consumidores cujos conceitos são marcadamente desenvolvidos pela cultura consumidora globalizada de alimentos. Esta cultura compõe um quadro de valores sociais, políticos e econômicos e esses, por sua vez, devem ser agregados aos produtos, como por exemplo: possuir responsabilidade socioambiental, segurança, sabor, aparência e capacidade nutritiva. Deriva desse contexto a necessidade de desenvolver um sistema de normatização, de caráter mundial, que possa garantir tais exigências.

Assim, ao sabor das exigências dos grupos hegemônicos do mercado global os agentes do setor público e privado do Estado brasileiro têm se empenhado para que as frutas brasileiras possam atender aos mais diversos requisitos sanitários e de qualidade. Dessa forma, foi implementado também no pólo de agricultura irrigada Petrolina – Juazeiro o sistema normatizador denominado de Certificação de Frutas, que deverá garantir ao mercado consumidor que o produto está correspondendo ao que determina os órgãos públicos oficiais do Estado-nação como o IBAMETRO - Organismo Certificador autorizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) que envia equipe especializada para proceder a auditorias de avaliação do processo produtivo. De acordo com o IBAMETRO (2007), esta verificação pode ser realizada até mesmo nas empresas embaladoras (*packing-houses*). Depois da verificação, se os produtos forem aprovados em todos os estágios do processo produtivo, o produtor recebe o atestado de conformidade. Terminado o processo, as embaladoras passam a utilizar o selo e o certificado de conformidade com as exigências do mercado hegemônico. Segundo o IBAMETRO (2007), os benefícios dessa certificação de frutas podem ser atestados através dos seguintes resultados:

Superação de barreiras de acesso ao mercado internacional

Maior competitividade nas vendas internas

Redução média de 40% nos custos com agroquímicos

Melhor organização e limpeza das áreas de plantio

Melhor controle através do sistema de registro e rastreabilidade da produção.

Os detalhes normatizadores dos procedimentos referentes às qualidades internas e externas das frutas para exportação são cuidadosamente verificados pelas instituições públicas do Estado-nação para atender às exigências socioambientais culturais do mercado globalizado. A indicação da procedência das frutas e de todo o processo produtivo é obrigatória, caso contrário, o produtor não recebe o conceito de Produção Integrada. Este conceito foi desenvolvido em 1980 por alguns países da Comunidade Européia (atualmente União Européia) com base nos princípios da Organização Internacional de Luta Biológica (OILB). A pressão normatizadora do mercado globalizado é também acompanhada pelos Estados Unidos, que em 2002 estabeleceram a Lei de Bioterrorismo, implantada por ocasião dos temores políticos ocorridos depois do atentado terrorista neste país em 11 de setembro 2001. A lei do Bioterrorismo, oriunda dessa conjuntura, constitui-se num conjunto de regras rigorosas no que concerne à comercialização e importação de alimentos. Essa normatização tenta evitar a possibilidade de uso de alimentos como via de

contaminação microbiológica ou química (ANUÁRIO BRASILEIRO DA FRUTICULTURA, 2007).

Ademais, para assegurar a exportação de frutas para os Estados Unidos os produtores também devem conquistar o certificado do Departamento de Agricultura desse país que exige a apresentação do monitoramento do plantio à colheita, à estocagem e ao empacotamento. Os EUA também exigem o controle contra a mosca-da-fruta⁵ (*system approach*) para que possam fazer a negociação.

Para atender às exigências advindas desse contexto mundial o Brasil, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) criou o sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF) instituído oficialmente em 20 de setembro de 2001 pela Instrução Normativa Mapa nº 20. Os documentos que compõem o PIF são resultados de um trabalho conjunto entre o Mapa e o Inmetro. De acordo com o Anuário Brasileiro de Fruticultura (2007), as normas técnicas do PIF abrangem 15 áreas temáticas, grade de agroquímicos, cadernos de campo e de pós-colheita e lista de verificação (no campo e na empacotadora). Outro sistema de certificação de qualidade exigida pelos países europeus é o Eurepgap (Euro Produce Working Group Good Agriculture Practices).

Em outubro de 2006 novas regras referentes à exportação de frutas para a União Européia são instituídas pelo Mapa através da Instrução Normativa nº. 26/10. De acordo com essa Instrução, os produtores de frutas devem fazer parte do Plano Nacional de Segurança e Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal (PNSQV) e do sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF). Ademais, a Instrução normativa prevê que o Mapa é que deve ser o órgão responsável pela colheita de amostras de frutas destinadas ao PNSQV para que tome as providências necessárias de garantia das informações correspondentes ao produtor.

Para aumentar os números de produção na fruticultura irrigada está sendo criado o processo denominado Indicação Geográfica. A concessão para a Indicação Geográfica passa por uma discussão realizada por uma diversidade de representantes governamentais e privados como o Sebrae, Univale (Conselho da União das associações/Cooperativas dos Produtores de Uva e Manga do Submédio São Francisco), INPI, Embrapa, Codevasf e Ministério da Agricultura.

⁵ A mosca-da-fruta, também conhecida como mosca do mediterrâneo é uma praga que ataca as frutas brasileiras atrapalhando consideravelmente as exportações. Para que fosse garantido o processo de exportação, sem nenhum embargo dos países compradores, foi inaugurada no pólo Petrolina – Juazeiro, em 2006, a Moscamed, única biofábrica brasileira custeada por recursos públicos governamentais. A Moscamed tem como meta reduzir os índices populacionais da mosca-da-fruta através de um método considerado por alguns pesquisadores como ambientalmente correto.

A Indicação Geográfica tem como objetivo regulamentar a propriedade da marca Vale do São Francisco para a manga e a uva de mesa no pólo Petrolina – Juazeiro. Segundo o presidente do Univale, José Gualberto de Almeida, “*com esta importante ferramenta de propriedade, passaremos a agregar ao nosso produto, além de uma marca, um selo de qualidade que reúne a um só tempo, reputação, reconhecimento dos consumidores, evolução das tecnologias e vantagens comerciais.*” (JORNAL DA FENAGRI, 2007).

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova ordem do capital produtivo, cujo caráter globalizado faz ruir as estruturas naturais e mentais do espaço total, permite que seja chamado o espaço geográfico contemporâneo de espaço-objeto. A análise das formas e processos que evidenciam como a nova economia põe em prática suas intencionalidades foi lucidamente desenvolvida por Santos (2000) através de uma conjunção de condições geográficas contemporâneas denominadas de unicidade das técnicas, convergência dos momentos, motor único e cognoscibilidade do planeta.

Através dessa conjunção de condições geográficas foi possível estabelecer relações espaciais caracterizadas pela mercadificação e normatização de escalas sócio-ambientais. A mercadificação e normatização configuram-se como dois processos conseqüentes das mudanças aceleradas e das interdependências inéditas movidas por grupos hegemônicos de decisões econômicas e políticas globalizadas.

Nessas interdependências inéditas é possível enxergar os processos históricos de mudanças nas formas de produção, na passagem do fordismo por uma economia de acumulação flexível, na reclassificação do papel do estado-nação, na nova ordem social do trabalho e nas novas concepções e fábulas do consumo reflexivo e considerado socialmente responsável.

O pólo xérico de fruticultura irrigada Petrolina-Juazeiro participa como espaço-objeto de todos esses processos supramencionados. É uma escala local situada num sócio-ambiente semi-árido cuja intencionalidade político-econômica foi a de oferecer, no início de sua construção social, como área de fruticultura irrigada, uma política social de governo. No entanto, nas últimas décadas, foi extremamente reformulado através de uma reestruturação de caráter político e econômico neoliberal, passando assim, a ser palco da exploração e normatização privada cujo comando extrapola as fronteiras estatais.

Embora seja definido como um pólo de desenvolvimento regional é necessário enfatizar que essa escala espacial não foge às conseqüências perversas da economia capitalista. São inúmeros os movimentos sociais que reclamam por terras, águas, incentivos governamentais, trabalho, condições dignas de trabalho e mais garantia de políticas públicas sociais, fatos que desafiam o movimento paradoxal de desenvolvimento e fartura anunciada frequentemente nesse que se configura, atualmente, como espaço-objeto dos comandos hegemônicos dos grupos empresariais nacionais e transnacionais.

11. REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.C. de. 1983. **Tradição e mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação d sub-médio São Francisco**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A.

Anuário brasileiro de fruticultura 2007/ Erna Regina Reetz... [et al]. Santa Cruz do sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2007.

ARAÚJO, T.B. 1995. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R.B.; SILVA, P.L.B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento. (Federalismo no Brasil)**. FUNDAP/Ed. UNESP: São Paulo, p. 125-56.

AZIZ, N.A.S. 1998. **Previsão de impactos**. São Paulo: Editora da USP.

_____. 1974. O domínio morfoclimático semi-árido das caatingas brasileiras. **Geomorfologia**. v. 43. São Paulo. IGEOG-USP.

AUGÉ, M. 1994. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus.

BAUMAN, Z. 2000. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorgr zahar. Ed.

BECKER, B.K.; EGLER, C.A. 2003. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4^a ed.

BONANNO, A. 2007. **Capital mobility and the reorganization of the time/space relation in the global era**. Artigo apresentado no minicurso Globalização, mobilidade do Capital e Compressão do Tempo e do Espaço: Observações Teóricas e Metodológicas. Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFPE.

CACCIAMALI, M.C. *et al.* **Configuração e inserção no mercado internacional de dois sistemas produtivos locais**. A experiência dos agrupamentos vitícolas de Petrolina (Brasil) e Tierra Amarilla (Chile).

CAMPOLINA, D.C. 1994. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. IPEA: Brasília.

CASTILHO, C.J.M. de. 1998. As atividades dos serviços, sua história e o seu papel na organização do espaço urbano: uma “nova” perspectiva para a análise geográfica? **Revista de Geografia**. Recife, v. 14, n. ½, p. 29-89.

CASTRO, I.E. de. 1994. Visibilidade da região e do regionalismo. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, N. (Org.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. 2005. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CASTELLS, M. 1997. **La era de la información - economía, sociedad y cultura**. v. 1. La sociedad red. Madrid: Alianza Editorial.

_____. 2005. **A sociedade em rede**. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 8ª ed.

CAVALCANTI, E.G. 1997. **Geo-economia do semi-árido irrigado**. Recife: editora Universitária, UFPE.

CHESNAIS, F. 1996. **A mundialização do capital**. São Paulo: Ed. Xamã.

Documento Referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado Petrolina/Juazeiro.
Banco do Nordeste, 1996.

EGLER, C.; MATTOS, M. 2003. **Federalismo e Gestão do território: as regiões integradas de desenvolvimento.** Anais do V Encontro Nacional da ANPEGE. Florianópolis - SC.

ELIAS, D. (Org.). 2006. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Brasil.

GALVÃO, M.V. 1967. Regiões bioclimáticas do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 29, n. 1.

GIDDENS, A. 1991. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 6ª Ed.

HARVEY, D. 2005. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Ed. Loyola. 14ª ed.

_____. 2004. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Ed. Loyola.

IANNI, O. 1996. *Teorias da globalização.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

JATOBÁ, L. 1996. **Considerações sobre a climatologia do trópico semi-árido brasileiro.** Encontro Nacional de Geógrafos. AGB, 14 a 19 de julho de 1996. Recife.

JORNAL DA FENAGRI – **Feira Nacional de Agricultura Irrigada.** Ano 13, nº 10, 18 a 21 de julho de 2007.

Ministério da Integração Regional, 2006. www.ministeriodaintgracaoregional.com.br.

RAFFESTIN, C. 1993. *Por uma geografia do poder.* São Paulo: Ática.

RIDE DO PÓLO JUAZEIRO-PETROLINA. 2005. Brasília: Ministério da Integração Regional. www.ministeriodaintgracaoregional.com.br.

RIBEIRO, R.; SPÍNOLA. **Proposta Preliminar para a Formulação de Política de para o agronegócio na Bahia. Para CT&I.** /www.secti.ba.gov.br / anexos / política / Cadeias_produtivas_do_Agronegocio.doc.

SÁ, A.J de. 1991. **Espaço e subordinação: o caso de um perímetro irrigado no Submédio São Francisco.** Dissertação (Mestrado em Geografia), Recife, Curso de Mestrado em Geografia do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco.

_____. 2005. **O Brasil encarcerado. Das prisões fora dos presídios às prisões internas aos presídios: uma geografia do medo.** Recife: Ed. Universitária da UFPE.

SANTOS, M. 2000. **Por uma outra globalização - Do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, RJ.

_____. 1996. **A natureza do espaço - técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, SP.

_____. 1993. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec.

SILVA, P.C.G da. 2001. *Articulação dos interesses públicos e privados no pólo Petrolina-PE/Juazeiro-BA.* Tese (Doutorado em Economia), Campinas, Curso de doutorado em Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

SMITH, N. 1998. **Desenvolvimento Desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. RJ.

SOJA, E.W. 1993. **Geografias Pós-Modernas - A reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, RJ.

VIRILIO, P. 1993. **O espaço crítico.** Rio de Janeiro: Ed. 34.